

PLANO ANUAL DE **AUDITORIA INTERNA**

PAINT 2025

Auditoria-Geral da
Superintendência do
Desenvolvimento
do Centro-Oeste
AUDINT/SUDECO



Diretoria da Sudeco

Luciana de Sousa Barros
Superintendente

Rafael Henrique Severo
Diretor de Administração

Raimundo da Costa Veloso Filho
Diretor de Implementação de Programas e Gestão de Fundos

Peniel Pacheco
Diretor de Planejamento e Avaliação

Auditoria Interna

Rafael Ayoroa Ramos
Auditor Chefe

Lívia Passos Xavier
Chefe de Divisão

Acesse o PAINT 2025:



Missão

Prestar serviços de avaliação e consultoria, auxiliando, de forma autônoma e independente, o aperfeiçoamento do controle interno implantado na SUDECO, agregando valor às práticas administrativas, particularmente as relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos, e contribuindo para o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional da Autarquia com maior eficiência.

Plano Anual de Auditoria Interna

O Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) é o instrumento que apresenta as atividades de auditoria interna definidas como prioritárias a serem desenvolvidas no exercício seguinte, tendo como princípios orientadores a autonomia técnica, a objetividade e a harmonização com as estratégias, os objetivos e os riscos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

| | |
|----------------|---|
| ARP | Ata de Registro de Preço |
| Audint | Auditoria – Geral |
| CGU | Controladoria-Geral da União |
| CIG | Controles Internos da Gestão |
| CIGOV | Comitê Interno de Governança |
| CONBRAI | Congresso Brasileiro de Auditoria Interna |
| CTA | Comitê Técnico de Auditoria |
| DOU | Diário Oficial da União |
| e-Aud | Sistema informatizado de apoio ao Gerenciamento da Atividade de Auditoria Interna Governamental desenvolvido e mantido pela CGU |
| DCASP | Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público |
| FCO | Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste |
| FDCO | Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste |
| GovTIC | Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| IA | Inteligência Artificial |
| IA-CM | Modelo de Capacidade de Auditoria Interna |
| IIREC | Índice de Implementação de Recomendações |
| IN | Instrução Normativa |
| ISC | Instituto Serzedello Corrêa |
| MIDR | Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional |
| MOT | Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal |
| PAINT | Plano Anual de Auditoria Interna |
| PE | Planejamento Estratégico |
| PDTIC | Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação |
| PGMQ | Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRODOC | Projeto de Cooperação Internacional |
| RAINT | Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna |
| RP9 | Emendas de Relator-Geral do Orçamento da União |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações |
| SFC | Secretaria Federal de Controle Interno |
| Siafi | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal |
| Sudeco | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste |
| TAAC | Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador |
| TED | Termo de Execução Descentralizada |
| TCE | Tomadas de Contas Especiais |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UAIG | Unidade de Auditoria Interna Governamental |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Apresentação | 5 |
| 2. TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA | 6 |
| 2.1 Contextualização..... | 6 |
| 2.2 Seleção dos temas | 7 |
| 3. CAPACIDADE OPERACIONAL | 9 |
| 4. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO..... | 10 |
| 5. CAPACITAÇÕES | 11 |
| 6. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES | 13 |
| 7. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE (PGMQ) | 15 |
| 8. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE..... | 16 |
| 9. GESTÃO INTERNA | 17 |
| 10. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS | 18 |
| 11. LIMITAÇÕES À EXECUÇÃO DO PAINT | 19 |
| ANEXO I – METODOLOGIA DE PRIORIZAÇÃO DE TRABALHOS DE AUDITORIA | 20 |

1. Apresentação

A Auditoria – Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – (Audint) apresenta o Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) para o exercício de 2025, o qual foi elaborado em consonância com as normas contidas na Instrução Normativa SFC/CGU nº 05, de 27 de agosto de 2021 e Instrução Normativa SFC/CGU nº 03, de 9 de junho de 2017, que estabeleceram regras de elaboração e de acompanhamento da execução do Plano Anual das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Poder Executivo Federal.

Segundo esses normativos, o Paint é um instrumento essencial para a definição das prioridades de auditoria dentro de uma organização governamental. Conforme estabelecido no Art. 3º da IN 05/2017, o Plano deve ser elaborado com o objetivo de identificar os trabalhos prioritários a serem realizados durante seu período de vigência. Para isso, é necessário considerar diversos fatores, incluindo o planejamento estratégico, as expectativas da alta administração e das partes interessadas, os riscos significativos aos quais a unidade auditada está exposta, e a complexidade do negócio e sua estrutura.

Além disso, o Art. 4º, da referida norma, detalha que o Paint deve conter uma previsão realista das atividades a serem realizadas, incluindo uma lista dos serviços de auditoria, com informações sobre o tipo de serviço, o objeto, o objetivo, as datas previstas de início e conclusão, a carga horária e a origem da demanda. Também é necessário prever a alocação da força de trabalho em diversas categorias, como capacitação, monitoramento de recomendações, gestão e melhoria da qualidade da auditoria, entre outras.

Esses artigos fornecem um referencial claro e estruturado para a elaboração do Paint, garantindo que as atividades de auditoria interna sejam planejadas de forma estratégica e eficiente, alinhadas com os objetivos da organização e as expectativas das partes interessadas.

Na sequência, serão apresentadas as premissas relacionadas aos trabalhos de auditoria programados para o exercício de 2025.

2. TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA

2.1 Contextualização

De acordo com a Instrução Normativa CGU nº 5/2021, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) deve ser elaborado com o objetivo de definir os trabalhos prioritários a serem realizados durante o período do plano. Para isso, deve considerar:

- Planejamento estratégico e expectativas da alta administração.
- Riscos significativos aos quais a unidade auditada está exposta.
- Processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.
- Complexidade do negócio, estrutura e outros fatores da unidade auditada.
- Recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis

No mesmo sentido, o Estatuto da Auditoria Interna da Sudeco (Resolução Sudeco nº 8, de 11 de dezembro de 2020) regulamenta que, enquanto a metodologia de riscos não estiver plenamente desenvolvida e implementada no âmbito da Autarquia, a Audint deverá utilizar os dispositivos do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal – MOT, aprovado pela Instrução Normativa SFC/CGU nº 08, de 6 de dezembro de 2017.

Assim, a Audint deve elaborar o Plano de Auditoria Interna em alinhamento com as estratégias e objetivos das organizações, devendo considerar:

- Planejamento estratégico da Unidade Auditada.
- Expectativas da alta administração e das demais partes interessadas.
- Análise de riscos realizada pela Unidade Auditada por meio do seu processo de gerenciamento de riscos, quando houver.

Dessa forma, considerando a capacidade operacional da Audint da Sudeco, bem como o nível de maturidade da gestão de riscos que a Sudeco possui, foram adotadas as seguintes premissas:

- Atendimento às obrigações normativas, em especial, a Instrução Normativa nº 5/2021/SFC/CGU;
- Definição de fatores de risco pela Auditoria Interna conforme Metodologia de Priorização de Objetos (Anexo I);
- Incorporação da percepção da Diretoria Colegiada da Sudeco acerca de temas considerados estratégicos para a Autarquia para o próximo exercício;
- Relação do objeto auditável à consecução dos objetivos estratégicos da Sudeco;

2.2 Seleção dos temas

Considerada a priorização por meio dos fatores de risco (Anexo I), as premissas e restrições e, principalmente, a capacidade operacional disponível da Audint, são indicados como trabalhos de Auditoria para o ano de 2025, os seguintes temas:

| QUADRO I - TEMA: GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATO | |
|---|--|
| Origem da Demanda | Solicitação da alta administração |
| Objeto | Análise preventiva de Ata de Registro de Preço – ARP, para subsidiar alocação RP9 |
| Tipo de Serviço | Consultoria |
| Objetivo | Avaliar de forma preventiva a elaboração de ARP em relação a qualificação da demanda, análise dos custos, critérios de seleção de fornecedores e demais cláusulas do edital. |
| Período | Jan-Mar/25 |
| Carga Horária | 400 H/H |

Quadro 1 - Fonte: Elaboração própria

| QUADRO II - TEMA: GESTÃO DE TRANSPARENCIAS | |
|--|---|
| Origem da Demanda | Seleção baseada em riscos |
| Objeto | Convênios e Termos de Execução Descentralizada - TED's |
| Tipo de Serviço | Avaliação |
| Objetivo | Avaliar passivo Convênios e TED's em seus aspectos inadimplência de contas, execução financeira, atrasos na execução, riscos de monitoramento e controle, nexos entre receita e despesa, desvio de finalidade e riscos reputacionais. |
| Período | Mai-Ago/25 |
| Carga Horária | 700 H/H |

Quadro 2 - Fonte: Elaboração própria

| QUADRO III - TEMA: TEMA GESTÃO DE PLANOS E PROJETOS ESPECIAIS/GESTÃO DE PESSOAS | |
|---|--|
| Origem da Demanda | Seleção baseada em riscos |
| Objeto | Contratações realizadas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, terceirização e TED's que tenham como objetivo suprir parcialmente as deficiências operacionais da Sudeco. |
| Tipo de Serviço | Avaliação |
| Objetivo | Avaliar a eficácia e a conformidade das contratações realizadas por meio do PNUD, terceirização e TED's na mitigação das deficiências operacionais da SUDECO, assegurando que os processos atendam aos requisitos legais e normativos, e que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente. |
| Período | Out-Dez/25 |
| Carga Horária | 700 H/H |

Quadro 3 - Fonte: Elaboração própria

| QUADRO IV - TEMA: EMISSÃO DE PARECER | |
|--------------------------------------|--|
| Origem da Demanda | Obrigações Normativas |
| Objeto | Pareceres (Contas e Tomadas de Contas Especiais – TCE's) |
| Tipo de Serviço | Avaliação |
| Objetivo | Avaliar os controles das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, verificando a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, registro e divulgação de eventos e transações, com vistas à emissão de Parecer. Avaliar os pressupostos para emissão de parecer em processos de TCE's. |
| Período | Dez/25 |
| Carga Horária | 300 H/H |

Quadro 4 - Fonte: Elaboração própria

3. CAPACIDADE OPERACIONAL

Atualmente, o quadro de pessoal da Audint é composto por apenas dois servidores e uma prestadora de serviços. As atividades são divididas entre gestão interna, planejamento e execução das demais atividades de auditoria interna governamental, além de apoio administrativo. Ressalta-se que, devido ao quadro reduzido de servidores, há sobreposição de ações.

| QUADRO V - RELAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL DA AUDITORIA-GERAL | | | |
|--|--|--------------|--|
| Função | Cargo | Quantitativo | Atividades Desempenhadas |
| Auditor Chefe | Auditor Federal de Finanças e Controle | 01 | Gestão Interna / Planejamento / Execução |
| Chefe de Divisão | Agente Administrativo | 01 | Gestão Interna / Execução |
| Secretária | Técnico em Secretariado | 01 | Apoio Administrativo |

Quadro 5 - Fonte: Elaboração própria

Com efeito, para o cálculo da disponibilidade efetiva, considerou-se o total de 217 dias úteis, já subtraídos o período de férias anual, feriados, pontos facultativos e demais contingências. O quadro a seguir detalha as horas calculadas considerando o corpo funcional da Audint (02 servidores) e a jornada de 8h diárias:

Tabela I – Demonstrativo do Cálculo de Horas Úteis para o exercício 2025

| | DIAS | HORAS |
|--|-------------|--------------|
| TOTAL DIAS/HORAS DO EXERCÍCIO | 365 | 2.920 |
| Sábados e Domingos | -104 | -832 |
| Feriados e Pontos Facultativos | -11 | -88 |
| Férias do Servidor | -25 | -200 |
| Contingências | -5 | -40 |
| (=) Total Dias/Horas úteis no Exercício | 217 | 1.760 |
| Total para a equipe (2x) | 434 | 3.520 |

Tabela 1 - Fonte: Elaboração própria

4. ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Tabela II – Distribuição das Horas Úteis no PAINT

| ATIVIDADES | HORAS | PERCENTUAL |
|---|--------------|-------------|
| Serviços de Auditoria | 2.100 | 60% |
| Capacitação dos Auditores | 190 | 5% |
| Monitoramento de Recomendações | 220 | 6% |
| Gestão da Melhoria da Qualidade | 300 | 9% |
| Levantamento de Informações para Órgãos de Controle | 160 | 5% |
| Gestão Interna | 350 | 10% |
| Demandas Extraordinárias | 200 | 6% |
| (=) Total de Horas úteis no Exercício | 3.520 | 100% |

Tabela 2 - Fonte: Elaboração própria

5. CAPACITAÇÕES

As capacitações abordarão uma ampla gama de temas cruciais para a prática de auditoria no setor público. Entre os tópicos principais estão as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), incluindo a extração e análise das DCASP no Siafi, e a condução de auditorias com foco em documentação, papéis de trabalho e processos integrados de auditoria financeira e de conformidade. Serão discutidos também o entendimento da entidade e do seu ambiente, a materialidade em auditoria, ciclos contábeis, contas significativas e a estratégia global de auditoria, que serão essenciais para emissão de parecer financeiro.

Além disso, serão explorados procedimentos analíticos, identificação e avaliação de riscos, e a definição do escopo da auditoria. As técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC) terão destaque, com módulos específicos sobre práticas e ferramentas como Excel e Siafi gerencial, potencializando assim as análises das auditorias com foco nos riscos.

A capacitação incluirá ainda amostragem em auditoria, comunicação de distorções, formação de opinião e elaboração de relatórios e certificados de auditoria. Outros temas relevantes incluem a importância da Plataforma + Brasil, governança, gestão de riscos, compliance, prevenção de fraudes, e a integração das unidades de auditoria interna para otimização dos recursos e intercâmbio de melhores práticas. A governança de processos licitatórios, gestão de crises, e o uso de tecnologia na auditoria também serão abordados, nas capacitações planejadas, proporcionando uma visão abrangente e atualizada das melhores práticas e desafios na auditoria governamental.

Tabela III – Capacitações Pré-Programadas para o Exercício de 2025

| TREINAMENTOS | PERÍODO | JUSTIFICATIVA | SERVIDORES | TOTAL DE HORAS |
|---|-------------|---|------------|----------------|
| Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade (ISC) | 1º Semestre | Art. 16, III, da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05, de 27/08/2021, a qual dispõe avaliar os Controles Internos da Gestão - CIG associados ao processo de elaboração das informações financeiras de contas contábeis que apresentem indícios de distorções relevantes. | 01 | 80h |
| X Fórum Nacional das Transferências da União | 1º Semestre | Promover o fortalecimento da governança, da melhoria da gestão e do controle, bem como apresentar e discutir as inovações empreendidas, experiências e boas práticas no âmbito das transferências da União. | 01 | 14h |
| Comitê Técnico de Auditoria - CTA/MIDR | 2º Semestre | Estreitar as relações entre as Auditorias das Autarquias e Empresas Públicas vinculadas ao MDR, bem como fortalecer as ideias de controles internos e auditoria e facilitar a troca de informações entre os Auditores Internos. | 02 | 16h |
| 9º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições | 2º Semestre | Governança, controle e gestão de riscos são temas correlatos e de fundamental importância para a Administração Pública e entidades que, de um modo geral, operem recursos considerados públicos. Cabe ao Auditor Chefe prestar apoio técnico ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade, conforme disposto no art. 1º, §6º, da Portaria nº 150, de 17.05.2018, publicada no DOU nº 97, de 22.05.2018. | 02 | 48h |
| 45º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna/CONBRAI | 2º Semestre | Aperfeiçoamento e atualização na área de auditoria e troca de conhecimento com outros Auditores Internos, buscando conhecer as melhores práticas na área. | 02 | 32h |
| (=) Total de Horas: | | | | 190h |

Tabela 3 - Fonte: Elaboração própria

6. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste possui atualmente trinta e quatro recomendações pendentes de implementação. Essas recomendações estão distribuídas entre as seguintes instâncias de controle emittentes: Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Auditoria Interna (Audint):

Tabela IV – Quantitativo de Recomendações não Implementadas

| INSTÂNCIAS DE CONTROLE | RECOMENDAÇÕES | PERCENTUAL |
|--|---------------|-------------|
| AUDINT | 25 | 74% |
| CGU | 6 | 18% |
| TCU | 3 | 9% |
| (=) Total de Horas úteis no Exercício | 34 | 100% |

Tabela 4 - Fonte: Elaboração própria

No contexto dos temas das auditorias realizadas, para as quais foram emitidas essas recomendações, as quais serão monitoradas pela Audint no exercício de 2025, a situação atual pode ser estratificada em oito temas principais. Destas recomendações, 60% estão relacionadas à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GovTIC) e à Conformidade Contábil.

O gráfico a seguir oferece uma visão detalhada da distribuição dessas recomendações, destacando as áreas específicas de foco e as proporções relativas de cada tema auditável.

Gráfico I: Distribuição das recomendações Audint, CGU e TCU

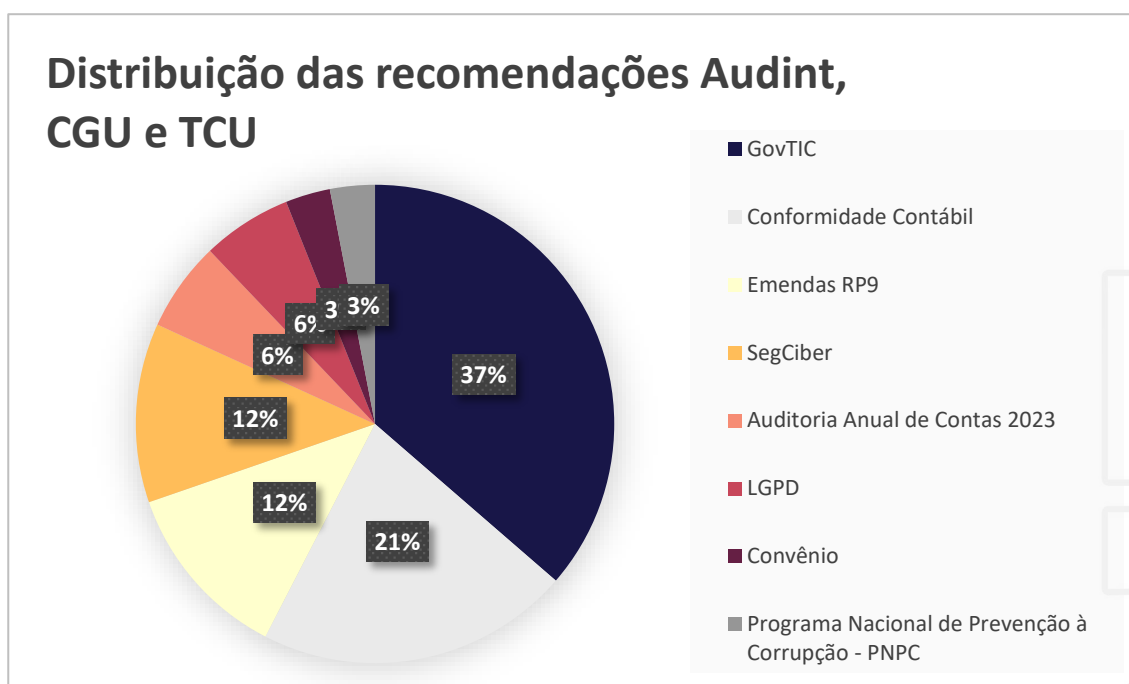


Gráfico 1 - Fonte: Elaboração própria

A Audint tem empreendido esforços com o objetivo de apoiar a gestão na melhoria do percentual de atendimento das recomendações ainda não implementadas, especialmente aquelas emitidas pela própria Audint. No ano de 2024, foi implementada somente uma recomendação de um total de 26.

Além disso, o acompanhamento dos resultados do processo de monitoramento das recomendações envolve a utilização de indicadores e metas gerenciais associados ao PGMQ da Audint. Esses indicadores são estabelecidos com o objetivo de mensurar a atuação dos gestores, a eficiência da própria Audint e a efetividade dos trabalhos realizados. Nesse contexto, conforme a Portaria nº 343, de 04 de janeiro de 2022, existe um indicador denominado Índice de Implementação de Recomendações (IIREC), voltado a verificar apropriação dos Trabalhos de Auditoria, mediante a implementação pela gestão das recomendações da Audint.

7. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE (PGMQ)

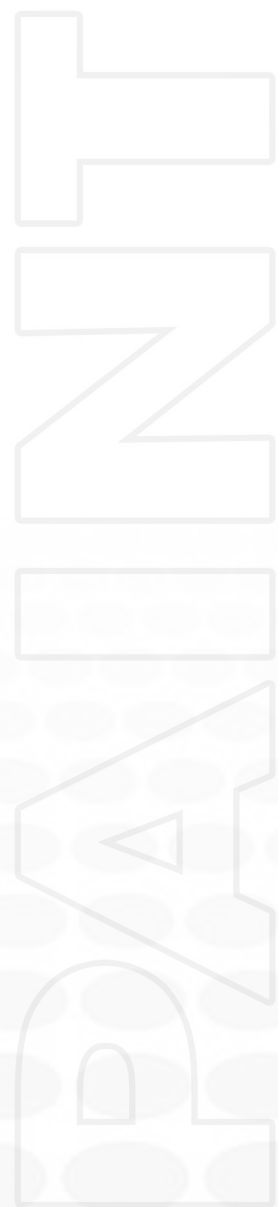
O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna (PGMQ), aprovado por meio da Portaria Sudeco nº 343, de 04 de janeiro de 2022, tem como objetivo estabelecer ações e projetos que promovam a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da Sudeco.

Com o intuito de fomentar a inovação e a eficiência da Auditoria Interna (Audint), está prevista para 2025 uma parceria, mediante termo de adesão, para acesso ao ChatTCU. Esta iniciativa visa a implementação de soluções de Inteligência Artificial (IA) generativa, com o objetivo de potencializar os trabalhos de auditoria por meio de busca automatizada em bases de conhecimento e análise de dados.

Para o ano de 2025, estão previstas 300 horas dedicadas principalmente à autoavaliação e à implementação de ações voltadas à certificação de qualidade da Auditoria Interna no Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM). Além disso, será realizado o monitoramento contínuo dos indicadores estabelecidos no âmbito do PGMQ desta Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG).

8. LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA ÓRGÃOS DE CONTROLE

No que diz respeito à linha de Levantamento de Informações para Órgãos de Controle, as horas reservadas serão utilizadas para fornecer informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria-Geral da União (CGU). Especialmente o TCU tem realizado diversos monitoramentos da segurança da informação, o que tem exigido uma maior interlocução por parte da Audint com as áreas da Sudeco.



9. GESTÃO INTERNA

Dentre as atividades exercidas em Gestão Interna, destacam-se a supervisão das atividades desempenhadas pelo quadro funcional da Auditoria-Geral, com ênfase nos serviços de auditoria previstos. Também inclui a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2026 e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) 2025, além da consolidação do uso do e-Aud como sistema informatizado de apoio às fases dos serviços de auditoria realizados por esta Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG). Outras atividades incluem a realização de diversos serviços administrativos e a elaboração de comunicados externos e despachos internos.

Adicionalmente, há outras atividades relacionadas à gestão interna, como a participação nas Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Autarquia e em reuniões com os Órgãos de Controle. A Auditoria-Geral também presta assessoramento técnico ao Comitê Interno de Governança (CIGOV) da Sudeco, instituído pela Portaria SUDECO nº 484, de 07 de fevereiro de 2023. Outras responsabilidades incluem a pesquisa de legislação e de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e a gestão do Sistema Conecta TCU no âmbito da Sudeco.

10. DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS

Conforme as competências regimentais da Auditoria-Geral, eventuais alterações nos trabalhos a serem desenvolvidos ao longo do exercício, decorrentes da inclusão ou substituição de ações no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), serão promovidas diretamente pela Audint, após justificativa devidamente fundamentada e aprovada pelo Auditor Chefe.

Adicionalmente, em conformidade com o art. 7º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021, mudanças que impactem significativamente o PAINT também serão submetidas à apreciação da Diretoria Colegiada da Sudeco e comunicadas à CGU em até 30 dias após sua aprovação.

É oportuno destacar que, em 2024, foram encaminhadas à Audint oito denúncias envolvendo o descumprimento de normas. Caso ocorram demandas dessa natureza, foram consideradas duzentas horas para demandas extraordinárias.

11. LIMITAÇÕES À EXECUÇÃO DO PAINT

A execução do Plano de Auditoria da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste é extremamente sensível a alterações devido à capacidade operacional reduzida, composta por apenas dois servidores. Essa limitação operacional aumenta significativamente a probabilidade de não se conseguir cumprir com o planejamento proposto.

A equipe de auditoria enfrenta desafios consideráveis para atender às demandas de capacitação, monitoramento de recomendações, gestão interna e atendimento a demandas extraordinárias. As capacitações abrangem uma ampla gama de temas cruciais para a prática de auditoria no setor público, incluindo Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), auditorias financeiras e de conformidade, e técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC). Além disso, a equipe deve se manter atualizada sobre governança, gestão de riscos, compliance e prevenção de fraudes.

O monitoramento de recomendações é outra área crítica, com 34 recomendações pendentes de implementação, das quais 74% são de responsabilidade da Auditoria-Geral (Audint). A gestão interna envolve a supervisão das atividades da Auditoria-Geral, elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), além da participação em reuniões com órgãos de controle e assessoramento técnico ao Comitê Interno de Governança (CIGOV).

Adicionalmente, a equipe deve estar preparada para responder a demandas extraordinárias, como denúncias de descumprimento de normas, que podem exigir ajustes no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT). A capacidade limitada de apenas dois servidores torna a execução do plano de auditoria altamente vulnerável a qualquer alteração ou demanda adicional, comprometendo a eficácia e a eficiência dos trabalhos planejados.

Atenciosamente,

Rafael Ayoroa Ramos

Auditor Chefe

ANEXO I – METODOLOGIA DE PRIORIZAÇÃO DE TRABALHOS DE AUDITORIA

Mapeamento dos objetos auditáveis

A metodologia de seleção dos objetos a serem auditados considera as condições do contexto, as competências técnicas disponíveis e a avaliação da maturidade da gestão de riscos da organização. Para a construção de seu planejamento para o ano de 2025, a Auditoria Interna da Sudeco manteve sua metodologia de priorização a partir de fatores de risco, tendo sido o Planejamento Estratégico a principal fonte norteadora da construção do documento.

A definição do Universo Auditável é um passo crucial para garantir a eficácia das auditorias. Nesse contexto para o Paint 2025 foram considerados os macroprocessos levantados no mapeamento do universo auditável realizado em 2021 em conjunto com a unidade de supervisão técnica da Controladoria Geral da União (CGU).

QUADRO VI - UNIVERSO AUDITÁVEL SUDECO - MACROPROCESSOS

| Nº | ÁREA DE GESTÃO | Nº | ÁREA DE GESTÃO |
|----|---|----|--|
| 01 | Gestão da Governança, Riscos, Controles e Integridade | 09 | Gestão Patrimonial |
| 02 | Gestão de Convênios | 10 | Gestão de Tecnologia da Informação |
| 03 | Gestão de Contratos de Repasse | 11 | Gestão de Pessoas |
| 04 | Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) | 12 | Gestão de Orçamento e Finanças |
| 05 | Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) | 13 | Prestação de Contas de Instrumentos |
| 06 | Gestão de Planos e Projetos Especiais | 14 | Tomada de Contas Especial (TCE) |
| 07 | Gestão de Licitação e Contrato | 15 | Gestão do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais |
| 08 | Gestão de Diárias e Passagens | | |

Quadro 6 - Fonte: Mapeamento (Processo SEI nº 59800.000704/2021-42)

Pontuação dos critérios utilizados

Para a classificação dos objetos auditáveis, foram considerados os fatores de risco de impacto e probabilidade, que incluiu a percepção da Diretoria Colegiada e dos chefes das Unidades Diretamente Vinculadas à Diretoria, as vulnerabilidades acerca do período em que o tema foi objeto de apreciação por instância de controle. Os quadros abaixo detalham as escalas adotadas.

| QUADRO VII - ESCALAS DE IMPACTO E PROBABILIDADE | | | | | |
|---|---|----|-----------------------------|--|----|
| Escala de Impacto (I) | | | Escala de Probabilidade (P) | | |
| Magnitude | Descrição | I | Magnitude | Descrição | P |
| Muito baixo | Compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado. | 01 | Raro | Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência. | 01 |
| Baixo | Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado. | 02 | Pouco provável | O histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo. | 02 |
| Médio | Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado. | 03 | Provável | Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte. | 03 |
| Alto | Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado. | 04 | Muito provável | Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte. | 04 |
| Muito alto | Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado | 05 | Praticamente certo | Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo. | 05 |

Quadro 7 - Fonte: Elaboração própria

| QUADRO VIII - ESCALA DE VULNERABILIDADE | | | |
|---|--|----------|---------------------------------|
| Nível | DESCRIÇÃO | VARIAÇÃO | EXERCÍCIOS EM QUE HOUVE ATUAÇÃO |
| Muito baixa | O processo foi auditado e o risco fez parte do escopo de auditorias realizadas a menos de 1 ano. | -20% | 2023 -2024 |
| Baixa | O processo foi auditado e o risco fez parte do escopo de auditorias realizadas a mais de 1 ano e menos de 3 anos. | -15% | 2021-2022 |
| Média | O processo foi auditado e o risco fez parte do escopo de auditorias realizadas a mais de 3 anos e menos de 5 anos. | -10% | 2019-2020 |
| Alta | O processo foi auditado há mais de 5 anos. | -5% | Antes 2019 |
| Muito alta | O processo nunca foi auditado | 0% | - |

Quadro 8 - Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2020. (adaptada)

QUADRO IX: PRINCIPAIS RISCOS HIERARQUIZADOS DO UNIVERSO DE AUDITORIA

| MACROPROCESSO | CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS RISCOS | I | P | NÍVEL DE RISCO (I x P) | VULNERABILIDADE | ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE | NÍVEL DE RISCO FINAL |
|---|--------|--|---|---|------------------------|-----------------|------------------------------|----------------------|
| 11 - Gestão de Pessoas | 11.3 | Insuficiência de cargos para contemplar a estrutura regimental da Unidade | 4 | 4 | 16 | Muito Alta | Não houve | 16 |
| 11 - Gestão de Pessoas | 11.5 | Evasão de servidores | 4 | 4 | 16 | Muito Alta | Não houve | 16 |
| 2 - Gestão de Convênios | 2.4 | Ausência de acompanhamento ou acompanhamento deficiente da execução dos convênios celebrados | 4 | 4 | 16 | Muito Alta | Não houve | 16 |
| 6 - Gestão de Planos e Projetos Especiais | 6.2 | Fragilidade de gestão estratégica e monitoramento dos planos e projetos | 5 | 3 | 15 | Muito Alta | Não houve | 15 |
| 2 - Gestão de Convênios | 2.12 | Apresentação intempestiva de documentação de Cláusula Suspensiva | 5 | 3 | 15 | Muito Alta | Não houve | 15 |
| 10 - Gestão de Tecnologia da Informação | 10.1 | Insuficiência de garantia da eficácia, eficiência e efetividade do uso da TI pelo PDTIC | 4 | 4 | 16 | Baixa | TCU e Audint | 13,6 |
| 15 - Gestão do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais | 15.3 | Inadequação das medidas de segurança e proteção dos dados pessoais | 4 | 4 | 16 | Muito Baixa | TCU e Audint | 12,8 |
| 15 - Gestão do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais | 15.2 | Tratamento de dados pessoais não inventariados | 4 | 4 | 16 | Muito Baixa | TCU e Audint | 12,8 |
| 15 - Gestão do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais | 15.4 | Inadequação das medidas mitigadoras de incidentes de segurança e proteção dos dados pessoais | 4 | 4 | 16 | Muito Baixa | TCU e Audint | 12,8 |

Quadro 9 - Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, dos quinze macroprocessos existentes, cinco apresentaram um nível de risco significativamente elevado. Em alguns casos, mesmo com a aplicação de medidas mitigadoras devido à atuação de órgãos de controle, esses macroprocessos continuaram a exibir risco associado com um alto nível.

Nesse contexto, considerando a capacidade operacional da Audint, foram considerados:

- Gestão de Pessoal (Riscos 11.3 e 11.5): Devido ao elevado nível de risco e, principalmente, ao impacto no alcance dos objetivos estratégicos, verificou-se a necessidade de avaliar as medidas que a Sudeco tem adotado para suprir essas deficiências. Entre essas medidas, destacam-se a celebração de Termos de Execução Descentralizada para a fiscalização de convênios, a contratação de consultoria jurídica terceirizada para apoio à área administrativa e a celebração de Projeto de Cooperação Internacional (Prodoc) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), temas que também estão diretamente associados ao macroprocesso de Gestão de Planos e Projetos Especiais (Risco 6.2).

- b) Gestão de Convênios (Riscos 2.4 e 2.12): Segundo informações extraídas do painel de transferências do site transferegov.br, a Sudeco possui 128 convênios em execução, totalizando R\$ 791,25 milhões. Deste montante, R\$ 134 milhões são provenientes de convênios celebrados no período de 2011 a 2019.

Essa situação sinaliza a possibilidade de riscos associados a prorrogações excessivas, ausência de fiscalizações tempestivas e omissões na instauração de Tomadas de Contas Especiais (TCEs). A falta de fiscalização adequada pode resultar em desvios de recursos, atrasos na execução dos projetos e ineficiência na aplicação dos recursos públicos.

Em relação aos repasses no período de 2011 a 2019, destaca-se que, nas Unidades da Federação onde a Sudeco atua (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), 94% do valor global já foi repassado ao Estado de Goiás. Em contraste, para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, os valores liberados foram de 48% e 49%, respectivamente. Essa disparidade na distribuição dos recursos demanda uma análise mais detalhada para entender os critérios de alocação e garantir uma distribuição mais equitativa entre os estados beneficiados.

- c) Gestão de Planos e Projetos Especiais (Risco 6.2): Este macroprocesso abrange a elaboração de estudos, pesquisas e o mapeamento de dados e informações sobre indicadores, ações e programas do Governo Federal que são relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Além disso, inclui a criação de planos, programas e ações voltados para o desenvolvimento regional, bem como a formulação de orientações estratégicas para o desenvolvimento institucional. Nesse contexto, há uma correlação com os produtos que serão gerados a partir do Projeto de Cooperação Internacional (Prodoc) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), envolvendo consultores.
- d) Gestão de TI e Gestão e Gestão do Tratamento e da Proteção de Dados Pessoais: Devido à capacidade operacional da Audint, esses temas não foram incluídos no planejamento do Paint/25. Além disso, estão sendo monitorados conforme as recomendações resultantes das avaliações realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por esta Auditoria Interna em exercício anterior. Esse monitoramento visa garantir a implementação eficaz das recomendações e a melhoria contínua dos processos auditados.



PLANO ANUAL DE
**AUDITORIA
INTERNA**
PAINT
2025